

A política do Governo Alckmin, do PSDB, para o estado de São Paulo é uma política de ódio aos servidores, de confisco salarial, de congelamento de salários. Essa tem sido a tônica do Governo no estado de São Paulo. Soa hipócrita o Governo, agora, apresentar um projeto de reajuste para a iniciativa privada, que não vai ter nada a ver com o próprio Governo.

Apresentei, como disse, um PDL revogando o decreto do governador, mas também apresentei um segundo PDL, revogando o outro decreto que citei, que suspende os concursos públicos. Defendemos aqui o piso do Dieese para os servidores da iniciativa privada. Por isso apresentamos uma emenda a esse projeto e peço o apoio dos deputados e das deputadas para que possamos oferecer um salário digno para os professores.

Não posso deixar, ainda, de me manifestar em relação à posição da deputada Analice Fernandes, que me acusou de machista e de preconceituoso em relação às mulheres. É um verdadeiro absurdo o que ela disse. Todos aqui acompanharam a crítica que eu fiz a ela, foi uma crítica política, que não tem nada a ver com crítica de gênero. Foi uma crítica ao seu comportamento no momento em que ela estava presidindo a sessão e estava, em minha opinião e na de outros deputados, atropelando o Regimento Interno e atendendo apenas aos pedidos do deputado Campos Machado. Estava sendo parcial e, em nossa opinião, autoritária.

Não tem nada a ver com preconceito à mulher. Acho que a deputada Analice forçou a barra, deu uma exagerada na crítica. Ficou nervosa pelas críticas. Respeito muito a deputada, mas acho que ela exorbitou um pouco ali na presidência da sessão. Essa é a crítica que fiz a ela e achei um exagero total ela ter estendido minha intervenção e a minha crítica a todas as mulheres da Assembleia Legislativa, a todas as deputadas.

Conversei com várias deputadas, com a Ana do Carmo, com a Beth Sáhão, e elas me dizem que não se sentem agredidas pela minha fala, pelo contrário, saíram em minha defesa. Acho que V. Exa. não estava nesse momento, mas eu gostaria de deixar claro que em nenhum momento minha fala foi nesse sentido.

Até porque não é o fato de uma deputada ser mulher que faz com que ela defenda as mulheres. Tem muita deputada aqui que se diz defensora das mulheres mas vota contra elas, vota contra as professoras, vota contra o magistério...

É só pegar a lista de votação de algumas deputadas da base do governo e ver como elas votaram, por exemplo, na Lei 1.093 - aquele Projeto de lei Complementar que criou a categoria "O" e que prejudica milhares de professoras. Tantos projetos foram aprovados contra o magistério com voto dessas deputadas mulheres.

Não é porque é mulher que defende a mulher. Nós temos que ter clareza em relação a esse tópico.

Eu gostaria de fazer esse registro. Toda a minha militância política é em defesa das minorias, das mulheres, da comunidade LGBT... Nós lutamos aqui intensamente contra a homofobia e em defesa da diversidade sexual. Nós temos vários projetos da comunidade LGBT, nós temos atuação em defesa das mulheres, participamos da luta contra a violência que sofre a mulher no estado de São Paulo, lutamos contra o racismo e contra qualquer tipo de preconceito - essa tem sido a tônica do nosso mandato na Assembleia Legislativa.

Nós poderíamos inclusive argumentar da seguinte maneira: se os próprios denunciados, assinaram o requerimento, o que impede que os demais membros das bancadas a que pertencem também assinem esse pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito?

Sra. Presidente, Srs. Deputados e lideranças da Frente Brasil Popular, daremos continuidade a esse movimento, que não se encerra hoje, porque hoje pretendem derrubar a sessão. Queremos que o presidente desta Casa faça - como outros já o fizeram - uso dessa tribuna em defesa do seu mandato, utilizando o tempo do Grande Expediente. Nenhum deputado irá se furtar a oferecer esse tempo para que o deputado Fernando Capez e outros possam se explicar em respeito ao Parlamento estadual.

Muito obrigado. O SR. CARLOS NEDER - PT - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pela bancada do PT.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Para encaminhar a votação pela bancada do PT, tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder.

O SR. CARLOS NEDER - PT - Inicialmente, quero elogiar a vinda das mais de 60 entidades e movimentos que compõem a Frente Brasil Popular que tirou a Assembleia Legislativa da paralisa em que se encontrava.

Se nós considerarmos que há três semanas a Assembleia Legislativa retomou os seus trabalhos e que, infelizmente, não promoveu o debate que a sociedade paulista esperava no sentido de esclarecer as denúncias trazidas a público sobre a máfia da merenda escolar em São Paulo, nós vamos, obrigatoriamente, reconhecer que foi a presença dos movimentos que, de alguma maneira, nos força a iniciar um debate que já deveria estar bastante avançado.

Também quero chamar a atenção para o fato de que o atual presidente da Assembleia Legislativa, deputado Fernando Capez, foi eleito com o compromisso de resgatar a credibilidade e o respeito que se deve ter pelo maior parlamento estadual do país. Nós vínhamos em uma trajetória de recuperação progressiva da imagem deste parlamento, no que diz respeito a sua produtividade, quando estávamos analisando vetos que há muito tempo constavam da pauta, derrubando alguns desses vetos, votando projetos de deputados e também do governo - alguns deles, inclusive, com voto da oposição por entendermos que são meritórios e que deveriam contar com o nosso apoio.

Ao mesmo tempo, procuramos mostrar que a Assembleia Legislativa de São Paulo tem o poder de fiscalização dos atos do Executivo e também de autofiscalização que pouco exerce. É um equívoco achar que o nosso papel é apenas fiscalizar o poder Executivo. Devemos, também, em favor da imagem da Assembleia Legislativa e do exercício das nossas prerrogativas, exercer o papel de fiscalização dos atos do Poder Legislativo. E não devemos delegar isso, pura e simplesmente, ao Tribunal de Contas do Estado, que é um órgão assessor deste parlamento estadual, tampouco utilizar o argumento surrado de que se o Ministério Público Estadual já faz sua investigação não há por que o parlamento estadual agir dentro das suas prerrogativas.

Nesse sentido, é preciso entender a dificuldade que se tem hoje no parlamento estadual para instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que é o órgão com mais condições e respaldo do ponto de vista legal para fazer as investigações necessárias, para trazer pessoas - muitas vezes inclusive forçando a vinda de quem não quer depor - de modo a que esclareçam as suas responsabilidades em eventuais denúncias trazidas ao conhecimento deste Parlamento.

Mas além da Comissão Parlamentar de Inquérito temos a alternativa das comissões permanentes, que poderiam já nesse momento convocar pessoas que foram nominadas, por exemplo, nessa questão da máfia envolvendo os recursos da Secretaria de Estado da Educação, no que diz respeito à merenda escolar. Entretanto, não há nenhuma ação nesse sentido aprovada em cada uma dessas comissões.

Vejam, por exemplo, que o cidadão cujo apelido é Moita, que até a véspera da denúncia era o chefe de gabinete de uma das Secretarias mais importantes que funciona ao lado do gabinete do governador Geraldo Alckmin - a Secretaria da Casa Civil - vinha exercendo com desenvoltura o trabalho de articulação dessa verdadeira máfia que levantou recursos da Educação para favorecer setores privados em troca inclusive de propinas utilizando o PABX do Palácio dos Bandeirantes.

Não há nenhuma razão para que essas pessoas não sejam trazidas a este plenário ou às comissões permanentes ou eventualmente a uma Comissão Parlamentar de Inquérito com o intuito de esclarecerem os fatos denunciados.

Criamos recentemente na Assembleia Legislativa o NAE, Núcleo de Avaliação Estratégica - eu inclusive discordei da criação desse órgão - e um dos argumentos utilizados naquela ocasião foi que esse órgão ajudaria no exercício dessa função de fiscalização. Votei contra porque me parece que já temos cobertura legal suficiente para que os próprios deputados a exerçam a partir dos seus gabinetes ou das comissões permanentes ou de subcomissões das comissões permanentes, inclusive instalando Comissões Parlamentares de Inquérito que deveriam ser fato corriqueiro na Assembleia.

Infelizmente esse NAE também não cumpriu essas funções. Além disso, posso citar a existência do Conselho de Ética. Por que o Conselho de Ética da Assembleia Legislativa, de ofício ou instado por terceiros, não tomou providências até agora?

O PSOL apresentou uma proposta a ser analisada no âmbito do Conselho de Ética para que o presidente desta Casa, deputado Fernando Capez, se explique em relação às denúncias conhecidas hoje por toda a população.

Ora, não se trata de nenhum pré-julgamento.

Quero lembrar que em situação anterior já tivemos um presidente da Casa que requisitou todo o período do Grande Expediente para, de maneira respeitosa para com os seus colegas, em atenção ao papel do Parlamento estadual e também devendo explicações à opinião pública, esclarecer se eram ou não fundadas as denúncias que envolviam o seu nome.

Então, eu me pergunto por que o deputado Fernando Capez não está presidindo as sessões e está delegando essa competência a outros membros da Mesa Diretora? Por que o deputado Fernando Capez não solicita todo o período do Grande Expediente para dar uma explicação cabal sobre as denúncias veiculadas, iniciativa que deve a todos nós, não porque haja qualquer dúvida do ponto de vista da sua atitude enquanto parlamentar. Mas na medida em que existem denúncias envolvendo sua atuação em empresas particulares, inclusive em que teria participação societária, não há por que não vir a público se explicar utilizando os meios disponíveis no Parlamento estadual.

Quero também chamar a atenção para o fato de que a denúncia envolve nesse momento uma das áreas que tem o orçamento mais expressivo no estado de São Paulo: a área da Educação. Lembro que são duas áreas que têm orçamentos vinculados: Educação e Saúde. E há muito tempo vem-se tentando encontrar mecanismos de privatização do fundo público da Educação e da Saúde. No caso da Saúde, por meio das Organizações Sociais e no da Educação, alerta que não conseguimos até o momento ter a garantia, por parte do governo Geraldo Alckmin, de que o mesmo expediente da gestão privada por meio de Organizações Sociais, já utilizado nas áreas da Saúde, da Cultura, de Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente, da Criança e do Adolescente, como é o caso da Fundação Casa, não venha a ser adotado, em futuro próximo, na área da Educação - repito -, a área que tem o recurso mais vultoso no estado de São Paulo.

Se esse esquema foi montado com a participação de membros do primeiro escalão do governo Geraldo Alckmin, se houve participação da Secretaria de Estado da Educação, se há denúncia de envolvimento não apenas de trabalhadores da Assembleia Legislativa de São Paulo, mas também de parlamentares de pelo menos três partidos políticos, é inaceitável o silêncio da Assembleia Legislativa de São Paulo. E não se diga aqui que os deputados citados são signatários do pedido feito pela bancada do PT para instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Corretamente já foi destacado o fato de que não bastam as assinaturas desses parlamentares, mas eles deveriam agir de maneira a que outros membros desses partidos igualmente venham a assinar o pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nós poderíamos inclusive argumentar da seguinte maneira: se os próprios denunciados, assinaram o requerimento, o que impede que os demais membros das bancadas a que pertencem também assinem esse pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito?

Sra. Presidente, Srs. Deputados e lideranças da Frente Brasil Popular, daremos continuidade a esse movimento, que não se encerra hoje, porque hoje pretendem derrubar a sessão. Queremos que o presidente desta Casa faça - como outros já o fizeram - uso dessa tribuna em defesa do seu mandato, utilizando o tempo do Grande Expediente. Nenhum deputado irá se furtar a oferecer esse tempo para que o deputado Fernando Capez e outros possam se explicar em respeito ao Parlamento estadual.

Muito obrigado. A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Em votação o requerimento de inversão. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Sra. Presidente, regimentalmente peço uma verificação de votação.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Esta Presidência vai proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis deverão registrar o seu voto como "sim", os que forem contrários deverão registrar o seu voto como "não".

O SR. CARLOS SGIANNAZI - PSOL - Sra. Presidente, declaro a obstrução da bancada do PSOL.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de Vossa Excelência.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Sra. Presidente, declaro a obstrução do PT.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PT.

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sra. Presidente, apenas a título de informação até para aqueles que acompanham a sessão saibam aquilo que estamos discutindo e aquilo que estamos votando.

Na verdade, estamos votando um requerimento de inversão da nossa Ordem do Dia onde discutimos que os dois primeiros itens da pauta seriam a aprovação do projeto do novo piso mínimo estadual. Ou seja, o novo piso para aquela população de baixa renda possa ganhar um pouco mais.

Com a solicitação de verificação de votação, corremos o risco de não ter quorum necessário para essa verificação e não poderemos votar o projeto do piso mínimo estadual, prejudicando inclusive aquelas pessoas que ganham menos, que têm um salário menor.

Acho que isso é uma coisa preocupante. Eu não poderia vir a este microfone para fazer este esclarecimento para as pessoas que estão nos acompanhando e até porque caso não dê para votar este projeto ou hoje ou amanhã corremos um sério risco de perder mais um mês. Ou seja, este projeto não sendo sancionado até o fim do mês ele vai valer somente para o mês seguinte.

Poderíamos ter este projeto do novo mínimo já valendo para o mês de março e corremos seriamente o risco de não conseguir votar. Então, eu queria fazer um apelo ao deputado João Paulo Rillo, que tem um trabalho muito forte com os menos favorecidos, para que retire esse pedido de verificação de votação, para que possamos votar o piso mínimo estadual. É esse o projeto que estamos debatendo. Acredito que não haja divergência quanto a esse projeto. O PT não é contra o projeto; nenhum partido ou deputado é contra. E acho que outras disputas políticas não podem estar à frente de projetos que são realmente de interesse da sociedade.

Faço esse apelo ao deputado João Paulo Rillo e a todos do PT; e ainda ao deputado Carlos Gíannazi, que inclusive assinou a inversão de pauta, para que pudéssemos votar. E a todos os outros deputados que estão participando, para que possamos fazer a votação desse importante projeto para o estado de São Paulo, não correndo o risco de perdermos um mês para aquelas pessoas menos favorecidas e que mais precisam.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sra. Presidenta, ouvindo as argumentações do líder do governo, deputado Cauê Macris, considero seu apelo correto, mas não vi esse mesmo apelo desde o início do debate da sessão, que foi suspenso por várias vezes. Mas quero deixar claro que temos espaço para votar o projeto, porque teremos Ordem do Dia amanhã e quinta-feira; então realmente teremos tempo suficiente para debater e aprovar esse projeto. E estamos verificando qual é o tamanho da responsabilidade da base do governo, porque esse é um projeto que vem do Executivo, referente à regulamentação do piso mínimo.

Então, para que não fique só essa posição defendida pelo deputado Cauê Macris, colocando em dúvida que a bancada do PT seja a favor de votar um projeto desses, afirmo que somos a favor, mas temos espaço tanto amanhã... Porque na verdade, estamos só discutindo inversão de pauta, e o projeto ainda tem duas horas de discussão. E vamos discutir esse projeto amanhã.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu pediria à galeria que mantivesse respeito aos nossos parlamentares.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Havendo acordo de lideranças para o levantamento da presente sessão, retiro o pedido de verificação, se possível. Mas se já estiver em regime de votação e não for possível, é necessário verificar.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Mas só retiro se for levantada a sessão.

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - Sra. Presidente, somos favoráveis também ao levantamento. Só quero registrar nosso agradecimento ao PT, tendo em vista o apelo que fizemos em relação à retirada. Realifmo a importância do acordo que firmamos aqui com todos os líderes partidários, para que possamos votar esse projeto amanhã. Com isso, conseguimos fechar um acordo com todos os líderes partidários. Trata-se de um projeto importante. O deputado João Paulo Rillo fez sua parte, atendendo a nosso apelo.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Fica aprovado o requerimento de inversão.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Deputado Cauê Macris, líder do Governo, amanhã nós discutiremos e votaremos o projeto, correto?

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - Exatamente.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Estamos retirando a verificação de voto e amanhã haverá o tempo de discussão e a votação do projeto, correto?

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - É isso mesmo. Foi o que nós falamos. Amanhã nós vamos discutir e votar o projeto, que é extremamente importante para o estado de São Paulo.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sra. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 18 horas e 30 minutos.

* * *

24 DE FEVEREIRO DE 2016

14ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: ANALICE FERNANDES, JOOJI HATO, LÉO OLIVEIRA e FERNANDO CAPEZ
Secretário: CORONEL TELHADA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - ANALICE FERNANDES

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS NEDER

Lembra ser o coordenador da Frente Parlamentar em defesa dos Institutos Públicos de Pesquisa e das Fundações Públicas, cuja composição foi renovada nesta legislatura. Discorre sobre a extinção da Cepam e Fundap. Cita documento recebido de representantes do IPT, que descrevem a situação delicada pela qual passa o instituto, com vários trabalhadores demitidos. Ressalta que hoje 60% de seu orçamento depende da venda de serviços, o que não ocorria antes, quando havia um equilíbrio com recursos recebidos do Estado. Destaca a situação preocupante do IPT.

3 - RAFAEL SILVA

Informa que o estado de São Paulo ganhará 25 novas praças de pedágio. Considera o valor dos pedágios absurdo. Compara o valor dos pedágios cobrados no Brasil com os cobrados nos Estados Unidos. Afirma que devemos saber o valor real gasto na manutenção das rodovias. Destaca a necessidade de uma CPI para investigar o assunto. Discorre sobre os problemas de falta de medicamentos no Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, o que considera um problema de gestão. Comenta a proibição da utilização da fosfoetanolamina por pacientes com câncer.

4 - CORONEL TELHADA

Discorre sobre a prisão do marqueteiro do PT João Santana. Defende a posição de que os políticos precisam mudar o País. Diz esperar que os juizes cheguem ao final das investigações para poder prender os bandidos. Cita notícia veiculada na mídia de que os homicídios caíram 40% em São Paulo. Destaca o trabalho realizado pela polícia. Afirma que a Polícia Militar deve ser valorizada. Ressalta a necessidade de incentivo para a polícia.

5 - JOOJI HATO

Assume a Presidência.

6 - LECI BRANDÃO

Lembra os 84 anos do voto feminino no Brasil. Destaca a luta das mulheres por igualdade e força na sociedade. Menciona artigo da OAB Mulher, com frase de Michelle Bachelet. Pede que os direitos humanos sejam respeitados. Discorre sobre o "panelaço" ocorrido ontem, durante o discurso do governo do PT. Destaca a necessidade das pessoas baterem painéis para coisas realmente absurdas que acontecem no Brasil.

7 - ABELARDO CAMARINHA

Para comunicação, relata caso de capitão da Rota que recebeu dez tiros em sua residência, no qual os bandidos foram presos pela polícia. Comenta caso de senhora cadeirante, de 87 anos, que levou um tiro no peito, no qual ninguém foi preso. Pede empenho da polícia para a resolução deste caso. Afirma que, de acordo com o Ibope, 90% dos brasileiros rejeita o governo do PT. Combate o pronunciamento da deputada Leci Brandão, dizendo que, apesar da Zona Leste não ter "panelaço", a mesma possui arrocho salarial, violência e desemprego.

8 - LECI BRANDÃO

Para comunicação, diz que faz parte do Pcdob e não do PT. Afirma que acompanha a história do povo brasileiro há muito tempo. Destaca os ganhos do governo Lula para a população de baixa renda. Reafirma que a população deve bater painéis para acontecimentos importantes no País, e não somente para os pronunciamentos do PT.

9 - ABELARDO CAMARINHA

Para comunicação, afirma que o avanço da presidente Dilma está acabando com os ganhos conseguidos no governo do ex-presidente Lula. Cita os milhões de brasileiros desempregados e a inflação de quase 20% dos alimentos. Menciona o pagamento de um bilhão de reais de juros por dia.

10 - CARLOS GIANNAZI

Saída os estudantes presentes nas galerias. Afirma que devemos combater a máfia da merenda escolar. Informa que várias escolas estaduais estão sem merendas. Destaca a necessidade de implantar a CPI da merenda. Diz ser também crítico do governo Dilma Rousseff. Cita o Decreto 61466, que proíbe a contratação de servidores concursados, o que considera um prejuízo à Administração Pública, principalmente para a Educação. Ressalta que professores não estão sendo contratados em razão deste decreto.

11 - CORONEL CAMILO

Questiona a dificuldade de se reconhecer o bom trabalho feito pela polícia de São Paulo. Exibe a notícia de queda de 40% dos homicídios em São Paulo. Afirma que esta queda foi uma consequência do trabalho realizado pela polícia de São Paulo. Diz que a prevenção é fundamental. Parabeniza os policiais militares.

12 - PEDRO TOBIAS

Defende a apuração dos culpados pela máfia da merenda escolar. Afirma que o Ministério Público e a polícia vão apurar o ocorrido. Defende o presidente Fernando Capez. Diz ter confiança total na seriedade dele. Lembra dirigentes do PT presos, o que nunca ocorreu com o PSDB. Questiona o patrimônio de Lula e sua família.

13 - ED THOMAS

Afirma que enquanto as manchetes de jornais exibem notícias de corrupção e roubos, muitas pessoas estão morrendo de dengue, e é grande a quantidade de mães preocupadas com o zika vírus. Ressalta que esta deveria ser a maior preocupação do País. Informa que há cerca de dois mil casos de dengue na região de Presidente Prudente. Menciona a visita de um coronel da Defesa Civil na região para uma grande ação. Pede a atenção do governo para o interior do Estado, que tem sofrido muito. Destaca a necessidade de conscientização da população e da realização de força tarefa para defender a saúde da mesma. Pede que o Ministro da Saúde abrace esta causa.

GRANDE EXPEDIENTE

14 - ANALICE FERNANDES

Para comunicação, enaltece o papel da mulher na Política. Cita e comenta fala de Michelle Bachelet, presidente do Chile, a respeito do tema. Anuncia que hoje comemora-se os 84 anos da consolidação do voto feminino, no Brasil. Menciona música de Chiquinha Gonzaga, sobre o assunto. Comemora a realização do primeiro encontro, realizado nesta Casa, ontem, em prol do fortalecimento das mulheres no cenário social. Clama pela igualdade plena entre homens e mulheres.

15 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Endossa o pronunciamento da deputada Analice Fernandes.

16 - ROBERTO ENGLER

Afirma que completou 35 anos de atividade pública. Tece considerações a respeito de lealdade aos governadores do Estado e fidelidade partidária, neste período. Acrescenta que foi fundador do PSDB em Franca e adjacências. Admite que o respeito a seu eleitor está acima de qualquer valor supramencionado. Aduz que tem a responsabilidade de defender aproximadamente 700 mil pessoas. Crítica o denominado Lote C, concessão da malha rodoviária que envolve cerca de 1100 km, a afetar a região de Franca.

17 - LÉO OLIVEIRA

Assume a Presidência.

18 - ROBERTO ENGLER

Lamenta a instalação de três novas praças de pedágio, sem contrapartida em investimentos, na região de Franca. Informa que sexta-feira deve ocorrer o enterro simbólico do governador Geraldo Alckmin, na citada cidade. Admite que é favorável à presença do povo nas ruas, por denotar exercício da cidadania. Crítica o governador do Estado por ignorar, a seu ver, pedido de agendamento de reunião. Acrescenta que o líder do Governo, deputado Cauê Macris, manteve-se igualmente silente. Cita fala de secretário de Logística e de Transportes, Duarte Nogueira, a respeito da negativa de promessa, pelo governo estadual, de não instalar novas praças de pedágio. Argumenta que a conduta do Poder Executivo desqualifica a Assembleia Legislativa. Lê e lamenta resposta a ele direcionada.

19 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, parabeniza o deputado Roberto Engler por criticar o Governo do Estado, quanto à instalação de novas praças de pedágio. Aduz que o governador Geraldo Alckmin, a seu ver, despreza o clamor desta Casa Legislativa.

20 - PEDRO TOBIAS

Solidariza-se com o deputado Roberto Engler. Afirma que medida de bom senso é estimular o diálogo com o governador do Estado. Manifesta-se favoravelmente à instalação de pedágios, por serem, a seu ver, necessários. Lamenta valores pagos pela tabela do SUS. Tece considerações a respeito de conotação política em CPis. Enumera escândalos de corrupção a envolver o governo federal. Assevera que confia na idoneidade do presidente Fernando Capez. Defende a apuração rigorosa das denúncias relativas à merenda escolar (aparteado pelo deputado Roberto Engler).

21 - CAUÊ MACRIS

Pelo art. 82, elogia o deputado Roberto Engler pela defesa da população de sua região. Argumenta que envidará esforços a fim de promover o diálogo com o governador Geraldo Alckmin. Mostra-se compreensivo ao clamor da autoridade.

22 - ROBERTO ENGLER

Para comunicação, reitera que tenciona dialogar com o governador do Estado.

23 - CAUÊ MACRIS

Para comunicação, afirma que como líder do Governo envidará ações para promover o diálogo requerido pelo deputado Roberto Engler.

24 - RAUL MARCELO

Pelo art. 82, comenta manchete do jornal "Cruzeiro do Sul", acerca do descumprimento de promessa firmada pelo Governo do Estado, relativa à não instalação de praças de pedágio na região de Sorocaba. Afirma que a tarifa será repassada ao consumidor final, via acréscimo no valor das mercadorias transportadas. Acrescenta que deve haver aumento no custo de produção de hortaliças, por exemplo. Considera injusta a tributação, pois penaliza os mais pobres, em detrimento da taxação de grandes fortunas. Afirma que determinada concessionária tem lucro maior do que aquele de instituições financeiras. Lamenta o que considera falta de ética do Governo do Estado.

25 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Assume a Presidência.

26 - GILLMACI SANTOS

Para comunicação, faz coro ao pronunciamento do deputado Roberto Engler. Acrescenta que é difícil agendar reunião com secretário de Governo. Lamenta o que, a seu ver, é desrespeito a parlamentares deste Poder.